



Presidência da República
Casa Civil
Secretaria de Administração
Diretoria de Gestão de Pessoas
Coordenação – Geral de Documentação e Informação
Coordenação de Biblioteca



RIO DE JANEIRO, RJ, 13 DE JUNHO DE 2000

Senhor Secretário de Comunicação do Governo, Doutor Andrea Matarazzo; Senhor Prefeito do Rio de Janeiro, Doutor Luiz Paulo Conde; Senhor Presidente da Associação Mundial de Jornais, Bengt Braun; Senhora Presidente do Fórum Mundial de Editores, Dona Ruth de Aquino; Senhor Presidente da Associação Nacional de Jornais, Paulo Cabral; Senhores Empresários de comunicação; Editores; Diretores; Jornalistas; Meu querido amigo Jaime Sirotsky; Senhores e Senhoras,

Primeiro, quero reiterar a minha satisfação de comparecer à abertura deste Congresso Mundial de Jornais, que hoje se realiza aqui no Rio de Janeiro, já generosamente mencionada pelo gaúcho Jaime Sirotsky como uma cidade acolhedora, e que deixa o Prefeito Luiz Paulo Conde, e eu próprio que nasci aqui, muito contentes. Reafirmo a minha alegria de poder estar aqui junto a vocês todos. Até me sinto envaidecido de ver que essa reunião se dá no Brasil, no momento em que comemoramos os nossos cinco séculos de existência.

Quero, também, me congratular, mais uma vez, com as lideranças da Associação Mundial de Jornais pela organização deste Congresso,

em particular com meu amigo Jaime Sirotsky, cujo papel na projeção internacional da imprensa brasileira merece o reconhecimento de todos nós.

Estou certo, como já até pude verificar, pelo que foi dito brevemente aqui pelo Doutor Jaime, de que este Congresso está permitindo um debate produtivo sobre o exercício da liberdade de imprensa num momento como este, que vivemos, cheio de transformações. O Doutor Jaime mencionou até o fato de que nós, agora, podemos dar entrevistas pela Internet, o que para mim foi uma experiência fascinante, porque permite uma nova forma de comunicação. No momento em que eu falava pela Internet, havia 20 mil internautas – foi o que me disseram – conectados com a rede. O Prefeito Conde sabe o que, para nós políticos, significam 20 mil pessoas. É quase um comício, mas um comício calmo. De modo que eu acho que, neste momento, o fato de esse Congresso estar se realizando aqui, num momento em que nós temos tantas mudanças, é uma espécie de novo paradigma tecnológico. E nessas mudanças, nesse novo paradigma tecnológico, que marca o mundo contemporâneo, diria que o lastro de todas essas transformações são as informações. É o tratamento da informação, as modificações que estão ocorrendo no plano das informações. E eu até diria que estamos apenas no início de modificações que vão ser mais profundas ainda. Dentro de pouco tempo – dois, três anos, sabe Deus quantos – vamos ter sistemas ainda mais revolucionários que vão permitir a transmissão de som, de imagem, sinais de todo tipo, que vão poder ser captados por um pequeno aparelho, que cada um de nós pode ter e que terá uma conexão global. De alguma forma está se criando uma condição para uma cidadania global, fato absolutamente novo na história.

Estive, recentemente, em Hannover, onde tive também a honra de ser convidado pelo Presidente da Alemanha, pelo Primeiro-Ministro Schröder, para estar com eles na inauguração da Feira Mundial. Realmente, acredito que é este fato que caracteriza as modificações do novo século. O século em que nós estamos entrando será marcado pela modificação nas tecnologias de informação, porque elas estão

favorecendo as modificações produtivas no mundo todo, a integração dos mercados, mas também a integração das pessoas, dos povos. Estamos nos albores de uma nova era.

Freqüentemente, eu me refiro ao fato de que, com todas essas tecnologias em que os fatos se dão em tempo real – você tem a informação em tempo real –, o espaço deixa de ser uma barreira e nós estamos diante do que, sem nenhum exagero, costumo caracterizar como um novo Renascimento, um novo período do Renascimento. O que não quer dizer, naturalmente, que não tenhamos que prestar atenção e ponderar sobre os seus efeitos: nem todos são integradores desses novos processos. Alguns provocam exclusão, desintegração, preocupações, sobretudo angústia, ansiedade pela incerteza do limitar de uma nova época em que não sabemos ainda quais vão ser as regras que vão definir essa nova época.

Mas, certamente, também, no período renascentista e no período em que houve os grandes descobrimentos, o mundo vivia com angústia, porque as velhas crenças haviam sido demolidas e não se via ainda o chão firme das novas crenças que permitiriam orientar o comportamento.

De qualquer forma, creio que temos que reconhecer que existe, efetivamente, um mundo novo. Nesse mundo novo, a relação entre a política e a mídia na era digital também se transforma. Na minha experiência de 20 anos de militância política, visto que antes eu era professor universitário, não participava desse mundo de militância, eu pude testemunhar no Governo todo, e também antes, como professor, a importância da imprensa na construção de um espaço público democrático, que é fundamental para que possamos, no mundo contemporâneo, conviver de uma maneira amena, cordial e que permita encaminhar soluções.

Há um pensador alemão de que eu gosto muito, chamado Jürgen Habermas, que instituiu a importância da criação desse espaços democráticos. O processo deliberativo democrático do mundo contemporâneo pode e deve alcançar segmentos cada vez mais amplos da sociedade, graças precisamente à existência dessa interação mais rápida. E essa interação, agora, nesse mundo digital, é mais

rápida ainda, entre as pessoas, as populações, a sociedade e os que tomam decisão.

A tomada de decisão deixa de ser um ato isolado, feito num gabinete, sem que necessite tomar em consideração as opiniões do dia-a-dia para ser, crescentemente, um ato interativo. Quem não pensar isso, quem não perceber essas transformações, dificilmente pode avançar na direção da renovação da democracia. De alguma maneira, existe uma espécie de captura do espaço da política pela mídia.

Há um outro pensador, um espanhol, chamado Manoel Castells, que insiste muito em que os discursos que não ganham registro não têm efeito político. A política sem mídia é incapaz de mobilizar o público e, portanto, perde sua razão de ser.

De tal forma que, hoje, a liberdade passa a ser, ainda, algo mais importante do que jamais foi. E a liberdade de imprensa é fundamental para a existência da democracia, como sempre foi, mas para a possibilidade até mesmo da eficiência da ação decisória. A luta dessa associação pela liberdade de imprensa, hoje, é a luta pela construção de uma sociedade nova. É mais do que isso, é uma luta essencial para que o próprio Estado, como tal, possa sobreviver. Porque se o Estado, os órgãos governamentais não perceberem e não se relacionarem com a tecnologia disponível e com a mídia, de uma maneira nova, esse espaço de debate democrático deixa de existir. Se ele deixa de existir, se poderia imaginar, no passado, que o autoritarismo se imporia. Hoje, isso é impossível. Hoje, a reação da sociedade é muito forte, é imediata.

Então, a própria possibilidade da continuidade do Estado vai depender de o Estado se adaptar à mídia e às formas modernas de organização. Adaptar-se à mídia não quer dizer concordar necessariamente com cada ponto de vista. Até porque a mídia vai refletir uma diversidade de pontos de vista. Mas significa estar preparado para um diálogo permanente com esse novo espaço, que é o espaço democrático. Democrático, interativo e participativo.

Evidentemente, se não entendermos que a própria deliberação, hoje, depende dessa interação contínua, que o próprio fato de poder

depende dessa interação contínua, não estaremos captando a essência dos desafios do mundo contemporâneo.

No nosso caso, do Brasil – se me permitem falar um pouco sobre o Brasil –, em que temos uma sociedade que é mais plural do que jamais foi, heterogênea, e onde existem, ainda, muitos setores que não se fazem presentes no espaço deliberativo, portanto, na vida pública, pelos canais formais de representação, a importância da mídia e das novas tecnologias é ainda maior.

Evidentemente, avançamos muito no sistema democrático, no Brasil. Eu poderia até afirmar, com tranquilidade, que os requisitos normais da existência da democracia estão presentes na nossa conjuntura política atual: eleições, renovação de mandatos, imprensa livre, Congresso absolutamente livre, Justiça independente, partidos, representação no Congresso, tudo isso é verdadeiro. Mas, não obstante, uma sociedade como a nossa – e ela não é a única a ser assim –, que é heterogênea, com muitas desigualdades sociais, com muita desigualdade de informação, de conhecimento, até de acesso à informação, nesse tipo de sociedade se torna ainda mais vital que entendemos o papel dinâmico que tem a mídia, que têm os meios de comunicação, para que se dê representação, não no sentido da antiga representação que deve existir e que é muito importante, a partidária, mas que se dê a capacidade de voz àqueles que estão fora do jogo normal das instituições.

Esse papel tem que ser cumprido pela mídia. Hoje, ela cumpre mais depressa e mais eficientemente esse papel do que as próprias organizações formais. Com isso, não quero dizer que a mídia vá substituir as organizações formais. Nem que não seja importante criá-las, mas no sentido de preparar o terreno, de mobilizar, de motivar, de dar a informação e de fazer com que as pessoas se sintam participantes de um grupo maior, aí o papel da mídia, e mídia amplo sensu, é, realmente, fundamental.

Isso tudo mostra que precisamos articular mais a sociedade, mas mostra, também, que precisamos aperfeiçoar as nossas instâncias representativas. E precisamos de um apoio consciente e contínuo da im-

prensa para que cheguem às instituições públicas setores amplos e dispersos que ainda não têm os canais normais de integração na sociedade.

Então, se é verdade que o poder público tem uma imensa responsabilidade de garantir as condições de liberdade, sobretudo a liberdade de mídia, de imprensa, também é verdade que nessa nova sociedade a responsabilidade da mídia é muito maior do que jamais foi na História, porque ela, queira ou não queira, passa a participar do sistema decisório, passa a ser poder. Não no sentido pejorativo, mas no sentido positivo de permitir que haja, nessa deliberação democrática, num espaço ampliado pela própria mídia, que haja uma participação crescente de grupos no processo deliberativo.

Portanto, as novas categorias que surgem na sociedade precisam da mídia para a expressão de suas identidades, e é ainda mais prioritária a atenção que se espera dos meios de comunicação aos setores que são marginalizados. No caso do nosso processo histórico, aos índios, às comunidades negras, às mulheres, aos jovens, às minorias étnicas, enfim, a todos que são excluídos. Não que a nossa sociedade brasileira seja uma sociedade que tenha a ideologia da exclusão. Pelo contrário, ela tem a ideologia da integração. Mas a realidade é distinta da ideologia. Existem situações de vida, ainda, muito diferenciadas e para que essas diferenças não se perpetuem e para que haja uma coesão nacional maior, coesão, eu diria, até, societária maior, é preciso que a mídia tenha um papel forte e de alguma maneira chame a atenção dos setores organizados da sociedade, dos setores mais bem situados na escala social da sociedade para a existência daqueles outros setores que estão, digamos, um tanto à margem.

É por isso que costumo usar uma expressão, às vezes pouco entendida, que é a de que nós temos que radicalizar a democracia. Radicalizar não quer dizer ser radical no sentido corrente da palavra. Quer dizer ir às raízes das questões. E, ao invés de, diante da exclusão, diante das diferenças sociais, nós imaginarmos que é preciso agir depressa e com menos deliberação, com menos informação e com menos participação, é o contrário. Nós temos que fazer com que haja mais informação, mais participação. É isso que chamo de levar a demo-

cracia às suas últimas consequências. E as últimas consequências da democracia dependem, fundamentalmente, da mídia, sob essa forma das novas tecnologias, ainda com mais vigor do que dependia no passado.

É preciso, também, deixar bem claro que quando digo: vamos ampliar o espaço democrático, vamos radicalizar nesse sentido da democracia, não estou imaginando que num sistema democrático os conflitos desapareçam, porque é da natureza das sociedades haver conflito, haver interesses que se chocam, haver contradições. Portanto, pelo contrário, essa nova sociedade convive com o dissenso. E nós precisamos, ao mesmo tempo em que ela convive com esse dissenso, precisamos de mecanismos de persuasão, mecanismos de acomodação, mecanismos que levem a uma resultante que possa ser beneficiosa para o conjunto da sociedade, sem esconder os conflitos e sem esconder as diferenças que existem na sociedade.

Isso, no mundo de hoje, não se faz mais simplesmente pelos mecanismos normais de poder, pelos mecanismos normais de representação. Isso se faz no dia-a-dia, através dessa participação cada vez mais ativa da mídia. É claro que, quando eu digo isso, estou, ao mesmo tempo, dizendo que a responsabilidade social e política da mídia se ampliou enormemente. Porque ela faz parte do sistema decisório, faz parte do sistema de poder. E a busca criteriosa da verdade torna-se o elemento legitimador da liberdade.

Quando não há esse elemento legitimador da liberdade, há um abuso por parte dos que são os responsáveis para que haja uma convivência democrática. É preciso que os fatos sejam descritos sem nenhuma restrição, mas é preciso que haja, também, um critério, que evite a versão que desfigura. A versão haverá. Mas a versão não pode ser a versão induzida na própria mídia. Muito melhor uma mídia objetiva, que mostre as coisas. Que mostre claramente, por penoso que seja.

Qual de nós, ontem, não se confrangeu, no Brasil, ao assistir, como nós assistimos, aqui, a um seqüestro durante quatro horas. Agora, dizer-se: "Ah, a mídia não deve reproduzir." Não, a mídia tem que mostrar o que está acontecendo. Se não mostrar o que está acontecen-

do, ela está ajudando a perpetuar enganos. Bom ou ruim, para quem seja responsável político ou policial, ou o que seja, ela tem que mostrar o que está acontecendo. Criteriosamente. Criteriosamente não é esconder. É mostrar, com objetividade. É isso.

É claro que, depois, cada um vai interpretar por que foi, que devia fazer isso, devia fazer aquilo, errou aqui, acertou acolá. Essa já não é a função direta da responsabilidade da mídia. Já é função da sociedade, dos políticos e, evidentemente, de quem na mídia escreve, que emite opinião, com todo o direito e titularidade também. Mas a primeira responsabilidade é a responsabilidade de mostrar o que acontece e de uma maneira clara e objetiva, que não seja fragmentada, que não leve a um subjetivismo que encubra a realidade.

Portanto, sem que haja um empenho continuado em imprimir maior racionalidade aos debates, em fundamentar os juízos de valor, ao situar os fatos em uma perspectiva histórica, não se ajuda o leitor a compreender a realidade que o cerca, os caminhos que ele tem para escolher e os desafios que tem para enfrentar.

Isso, nós estamos assistindo, crescentemente, no mundo contemporâneo. Vou tomar um só exemplo, muito recente: os acontecimentos em Seattle, e podia tomar em Davos, ou podia tomar o que aconteceu recentemente nas reuniões do Fundo Monetário Internacional ou do Banco Interamericano de Desenvolvimento, nos Estados Unidos. Bom, Seattle é o que foi mais expressivo de tudo.

A mídia mostrou, com muita clareza, o que aconteceu em Seattle. E se pode ter várias versões e várias interpretações, mas mostrou. Mostrou o quê? Protestos, grupos organizados. Mostrou, também, como os grupos se organizam para protestar, mostrou que o protesto, no mundo de hoje, não é alguma coisa que ocorra espontaneamente. Há um treinamento para o protesto. Ao mostrar que há um treinamento para o protesto, ela está desqualificando o protesto? Não. Não está desqualificando, está dizendo, está mostrando que é assim que se faz, se treina como é que se reage para protestar aqui e acolá.

Depois, mostra, também, o quê? Uma imensa diversidade de pontos de vista. E, sobretudo, na reunião de Seattle havia quem protestasse

por razões de ecologia, contra a globalização, que é o “lobisomem” do mundo contemporâneo. Outros diziam: “Contra o investimento nos países em desenvolvimento, porque tira emprego dos países desenvolvidos.” Outros queriam cláusulas de proteção social sem, muitas vezes, nem se dar conta de que essas cláusulas de proteção social são, muitas vezes, uma maneira de, indiretamente, às vezes sem o propósito, de impedir que alguns países que são emergentes possam, realmente, fazer face aos seus desafios. Há um desencontro muito grande nas motivações do protesto.

Mas o que que a mídia vai fazer? Não vai mostrar isso? Agora, ela vai tirar, daí, uma lição de moral e dizer: “Não deve haver globalização, ou deve haver a Organização Mundial do Comércio ou não se devem reunir mais os líderes que cuidam disso, ou o protesto está errado.” Não, não vai fazer isso. Ela vai nos mostrar um mundo muito complexo e que, como há mudanças de paradigmas, e de todo tipo, não há clareza de cada um. E os conflitos são muito grandes, os interesses são muito divergentes. É preciso que se forme, precisamente, esse espaço político de deliberação, porque a sociedade vai assimilando e vai tomando posições. Não a sociedade. Cada um, na sociedade, vai tomar, diferentemente, cada grupo, cada país, cada nação.

Mas se não houver essa permanente interação, vamos ficar sem poder formar os nossos próprios juízos e, portanto, sem poder exercer a liberdade, porque a liberdade só existe quando há escolha, quando há opção. Se não há escolha, se não há opção, você pode ter a informação, que não adianta nada. Mas a mídia construindo, mostrando diversidade e, depois, na continuidade do debate, cada um tratando de refazer o que viu e de reinterpretar cada uma daquelas manifestações, de acordo com o quadro que se monte – uns montam de um jeito, outros de outro –, progressivamente, se vão criando as condições para uma deliberação mais racional. Para que, em vez de, simplesmente, haver a perplexidade, a dúvida, a incerteza, começem a haver caminhos que levem à racionalidade. E por racionalidade não quero dizer um só caminho. Haverá opções. Várias delas podem ser racionais também.

Nesse sentido, portanto, nós podemos ler o que houve em Seattle, só para tomar um exemplo, e a mídia refletiu Seattle, tanto como sendo uma espécie de alarme, de alerta para o que acontece com a globalização, as consequências da globalização. E, portanto, alguns dirão: "Meu Deus, está tudo perdido." Como, pelo contrário, pode-se ver, também: "Olha, há uma série de problemas. Esses problemas estão sendo postos, expostos, e temos, agora, que ver como lidar com eles e de que maneira reagir racionalmente a eles, inteligentemente a eles, para fazer com que os valores e os princípios nos quais nós acreditamos, a partir do princípio da liberdade, do bem-estar e da justiça social, possam se reorientar, diante desse mundo que está por aí, avançando."

É claro que, ao mencionar esse papel que eu acho que é crescentemente fundamental, nos meios de comunicação, na elaboração desse novo mundo, não vamos imaginar que ele vá obscurecer as imensas dificuldades com as quais as sociedades contemporâneas se defrontam nesse renascimento, como eu disse, porque o renascimento tem suas perversidades também.

Freqüentemente, existem críticas. Eu próprio acabei de fazer algumas, numa reunião que tive em Berlim, com os Chefes de Estado. E, reiteradamente, críticas, por exemplo, aos efeitos dos fluxos de capitais voláteis que, de repente, se abatem sobre as economias, não só as emergentes, sobre as economias em geral, mas sobretudo as emergentes, que são as que menos têm condições de resistir e podem, muitas vezes, pôr por terra imensos esforços. Freqüentemente, tenho me referido à necessidade de buscarmos mecanismos que levem também a algum tipo de regulamentação, não no sentido de uma regulamentação que sufoque a liberdade da iniciativa, mas uma informação que permita a que cada um, ao decidir, possa saber dos riscos que está correndo ao tomar certas decisões, tanto países quanto pessoas, quanto empresas.

Não deve ser obscurecido, portanto, que, nesse novo mundo, possibilitado por essa tecnologia de informação, pela rapidez, pelo tempo real, ele traz também riscos muito grandes e que temos que nos

preparar para nos defrontar com esses riscos e diminuir os efeitos negativos deles. Aí, outra vez, é preciso que haja uma presença muito ativa da informação para que possamos nos situar.

Há mais: dada essa interconexão generalizada do sistema informativo, hoje, o homem político está exposto como jamais na História. Tudo que eu estiver dizendo aqui, amanhã, vai estar – espero – refletido corretamente na imprensa, mas estará sendo submetido a um crivo. “Mas disse mesmo? Será que ele disse o que quer ou disse porque quer enganar, por que ele pensa isso mesmo?” Sempre haverá – e é bom que seja assim – quem ponha a dúvida, porque, se não puser a dúvida, não há como explicitar e não há como os outros elementos saberem para que caminho se vai.

Recentemente, o que falei na Europa, fiz algumas afirmações e, aqui, no Brasil, falaram: “Ah, lá fora, ele disse isso. Aqui, diz outra coisa.” Não é certo. Digo a mesma coisa aqui e lá e reafirmo tudo que disse lá fora e aqui dentro, como acabei de fazer com relação à questão da globalização e dos fluxos financeiros. Mas isso, o fato de os homens públicos serem obrigados a prestar contas, mesmo quando essa prestação de contas é produto de uma certa distorção do que o homem público fez ou disse, é positivo.

Quem quiser, hoje, ter vida pública tem que se preparar para estar na berlinda, estar sob fogo cruzado. Sob o fogo cruzado. E quem não tiver integridade para agüentar o fogo e sustentar o caminho ou condições psicológicas de aceitar o outro, a crítica do outro, injusta que seja – quem sabe se é justa ou injusta? Quem vai julgar? Não sei –, mas, de qualquer maneira, se não houver isso, não resiste. E isso é a mídia. E isso é a relação direta entre a mídia e a política. Nunca houve uma relação tão forte. Nunca houve uma relação tão forte, e se posso deixar minha mensagem aqui, é a de dizer que essa relação tem duas mãos. Assim como, cada vez mais, o ser político, o homem público está na mira e sob o crivo da mídia, a mídia está sob a mira e sob o crivo da sociedade, porque a informação está se generalizando cada vez mais. E, se a distorção é continuada, ela perde respeitabilidade. Se houver má-fé, essa má-fé aparece também.

Então, vivemos em um mundo em que, talvez, digamos, aquele ideal de transparência, que é coirmão da liberdade e da democracia, está cada vez mais próximo de ser um fato, cada vez mais há transparência. E essa transparência decorre dessa relação, que é dialética, entre a tecnologia, a mídia, o espaço de deliberação, as decisões políticas, a sociedade, a integração, a exclusão. É um espaço dialético novo que está sendo criado, e vocês são co-autores com os seres políticos desse novo espaço, queiram ou não queiram. Portanto, também têm que prestar contas, como todos os seres que têm acesso à cena pública.

Por fim – não quero cansá-los –, acho que, com todos os percalços que esse novo mundo nos traz, com todas as inovações que ele nos traz, ele também, ao mesmo tempo em que a transparência é maior, aumenta o grau de inconformismo e de indignação diante das injustiças, da desigualdade, da exclusão, da pobreza, da violência. Aumenta o grau de indignação e de inconformismo, o que é muito positivo.

O que antes não era sabido, hoje, é sabido, a um ponto tal que, em um país como o Brasil, que tem desigualdades sociais grandes, mesmo os progressos são obscurecidos. Mesmo quando se avança, se pensa que não se avançou tanto. No passado, como não se olhava para o que não se tinha feito, se olhava só para o que se tinha feito, havia grandes milagres. No presente, não há milagre. Por mais que se faça, por mais que se avance, e se tem feito muito – não me refiro a mim, nem ao Governo –, a sociedade, por mais que avance, ela tem uma espécie de permanente dor de consciência, um sentimento de culpa. Uma culpa que não é pessoal, que não é nem geracional, porque ela é secular.

Mas o fato de que, talvez pela primeira vez na História do Brasil, nos sintamos responsáveis e culpados pelo que deixamos de fazer ou pelo que os outros deixaram de fazer ou pelo que os outros fizeram é uma condição positiva e necessária para a transformação. Dói. Mas são as dores do parto. Nasce uma nova sociedade. Uma sociedade mais exigente, mais indignada. Se, em um dado momento, ela pode ser até atritosa, violenta, irritadiça, desrespeitosa

mesmo, é um momento. É só olhar mais adiante que se vê que esse momento, uma vez ultrapassado, é um momento no qual estamos lançando os fundamentos de uma sociedade mais justa, mais democrática e mais fraterna.

Por isso, vim aqui para dizer que vocês são parte, mesmo os que não são brasileiros, que são estrangeiros, são parte disso, porque já não há mais essa separação. O que se falar aqui o mundo sabe. E o que se faz no mundo se sabe aqui. Então, todos somos partes e responsáveis. Quando há alguém, um jornalista colombiano perseguido, toca a nós. Disse colombiano porque foi citado o caso de um colombiano. Se for um brasileiro, também toca. Toca a todos. Não há mais como não sentir essa espécie de solidariedade compulsória, em função das transformações da mídia e dos meios tecnológicos.

Por isso, não podia deixar de vir aqui para saudá-los, para dizer que, com consciência ou não – espero que tenham consciência –, os senhores e as senhoras são parte da transformação do mundo, são também responsáveis pelo que ocorre hoje, pelo que vai ocorrer amanhã. Acho que devemos nos sentir, com essa responsabilidade – não excluo, naturalmente, as minhas e nem poderia –, devemos nos sentir desafiados, mas não com medo. Devemos nos sentir motivados, mas não devemos nos intimidar diante delas, porque temos meios de avançar.

Se continuarmos por essa senda da liberdade, da seriedade, da crença nos princípios, nos valores, se não perdermos a nossa capacidade de indignação, se continuarmos lutando, se não nos esquecermos dos momentos em que não houve liberdade e, também, os que, hoje, gozamos de liberdade, se não refletirmos um pouco para saber que, sim, gozamos de liberdade, se pensarmos que as coisas vão de pior a pior, estamos enganados, porque estamos esquecendo os maus momentos que vivemos eventualmente no passado e que não devem servir de motivo para, enfim, vinganças ou coisas do estilo, mas, sim, que devem servir de motivo de um permanente alerta para que nunca nos esqueçamos de que, sem liberdade, não há democracia. Sem uma mídia livre, não há poder deliberativo que se mantenha, mesmo

que se queira, no mundo de hoje, não há quem se mantenha. Sem todas essas precondições, que podem parecer, às vezes, abstratas, não vai haver condição para melhorar a situação de vida dos mais pobres, dos excluídos, dos que sofrem.

Tenho certeza de que temos isso muito presente, não apenas em nossas mentes, mas nos nossos corações. A nossa capacidade de indignação não vai ser uma indignação do grito ou do gesto gratuito. Não vai ser um grito parado no ar, mas vai ser uma motivação para construirmos caminhos de uma sociedade melhor para todos nós.

Muito obrigado.